

## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

## Pela equidade democrática nas Assembleias Municipais

Mesa da Assembleia Municipal de Ílhavo

Deve ser reconhecida e preservada a equidade democrática entre Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia, enquanto em funções e membros da Assembleia Municipal. Ambos, na sua génese, resultam de uma eleição direta, legitima e democrática para os órgãos autárquicos. É isto que, a bem da democracia e da sua representatividade, da representatividade de cada um dos nossos munícipes, defendemos, e defenderemos sempre, no âmbito das competências e papel da Mesa da Assembleia Municipal.

Mais uma vez o centralismo político português, ainda tão profundamente enraizado no nosso sistema, continua

a olhar de forma desdenhada e desconsiderada para o Poder Local. Mesmo que tenha sido este Poder Local, no pós 25 de abril, o principal responsável e impulsionador da melhoria de qualidade de vida dos cidadãos e fator de desenvolvimento do país, através dos (agora) 308 territórios: rede viária, infraestruturas básicas (água e saneamento). rede elétrica, salubridade, escolas, cultura, desporto, lazer, intervenção social. Fundamentalmente, um exercício político, de administração da coisa e causa pública, de resposta de proximidade aos cidadãos, de maior responsabilidade entre eleitos e eleitores.

Veio recentemente a público, a inconformidade processual face a um despacho da DGAL, que a maioria das Assembleias Municipais não o aplica por discordar do mesmo, que entende que um Presidente de Junta, em sede de Assembleia Municipal, está impedido de votar contratos interadministrativos de transferência de compeposicionamento das associações dos autarcas do PS (ANA-PS) e da do PSD (ADS) em relação ao fundamento e impacto do despacho e à solicitação da tutela para a do presidente de Junta a de integrar a Assembleia Municipal do respetivo Município e representá--la. Um hipotético conflito de interesse coloca-se a nível pessoal e

por um número de eleitos, três vezes superior ao número de presidentes de junta, garantindo o necessário equilíbrio democrático da representatividade. Nunca a Mesa da Assembleia irá aceitar que se coloque em causa,

der os interesses dos

seus fregueses, tal como

compete a um outro De-

putado Municipal qual-

quer. Além disso, a As-

Nunca a Mesa da Assembleia irá aceitar que se coloque em causa, sem fundamento, a imparcialidade, isenção e transparência de qualquer Deputado Municipal no exercício das suas funções autárquicas.

Se o Poder Local é a expressão mais próxima da democracia, onde as decisões têm impacto direto com a vida diária dos Munícipes, é importante assumir e fortalecer a legítima participação e competência dos Deputados Municipais, com equidade e respeito.



tências ou decisões relacionadas com a freguesia que representa.

A Mesa da Assembleia Municipal subscreve a contestação e o

sua revogação, também sublinhado pela ANAM, ANMP e ANAFRE.

O regime jurídico das autarquias locais estabelece como competência não na defesa do interesse público. Condicionar o exercício democrático de um Presidente de Junta é limitar o seu legítimo direito de defen-





SOLUÇÕES COMPLETAS PARA UM ESPAÇO DE BANHO EFICIENTE, SUSTENTÁVEL E ÚNICO.

Saiba mais em WWW.OLI-WORLD.COM



